
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS N° 05/2025**Data e hora:**

26 de maio de 2025, 9 horas.

Local:

Sala de reunião do IMPAS, Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 306, bairro Boa Esperança, Santa Luzia, MG.

Presentes:

Presidente do RPPS

Helenice de Freitas

Membro do comitê de investimentos

Rosana Lima Siqueira

Eurípedes dos Santos

Demais participantes

Charllie Camargos – Consultor de valores mobiliários da Mensurar Investimentos

A) Análise do Portfólio

O Comitê de Investimentos realizou uma análise minuciosa do desempenho do portfólio do IMPAS referente ao mês de abril, observando resultados positivos no período. Destaca-se que, após uma sequência de meses com desempenhos negativos nas alocações em renda variável internacional, essas posições apresentaram resultados neutros, já no resultado parcial de maio, elas vêm apresentando resultado positivo, contribuindo para a reversão da tendência desfavorável. Além disso, as alocações em renda fixa desempenharam papel fundamental no bom resultado de abril, especialmente os fundos atrelados ao CDI, que responderam por uma parcela significativa do retorno. Do resultado consolidado de 0,87% de rentabilidade no mês, aproximadamente 0,76 ponto percentual foi proveniente dessas posições, evidenciando a resiliência e a efetividade da estratégia adotada neste segmento. No tocante à análise de risco versus retorno, o Comitê observou um novo aumento marginal no risco agregado do portfólio, que agora se encontra em linha com a volatilidade anualizada do IMA-B. Essa movimentação está sendo monitorada atentamente, com o objetivo de garantir a manutenção de um perfil de risco compatível com a política de investimentos da entidade, bem como de preservar o equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez.

B) Resultados parciais do ALM.

Durante a reunião, foram apresentados os resultados parciais do estudo de *Asset and Liability Management* (ALM), que visa avaliar a aderência entre os ativos e os passivos do plano de benefícios administrado pelo IMPAS. Dentre os principais pontos destacados, ressaltam-se:

- i. Desequilíbrio entre receitas e despesas previdenciárias: A análise evidenciou que, na data de referência atual, a relação entre receitas e despesas já se apresenta estruturalmente desfavorável. As contribuições previdenciárias, por si só, têm se mostrado insuficientes para cobrir integralmente as obrigações previdenciárias e as despesas administrativas do plano;
- ii. Manutenção do saldo de caixa: O saldo de caixa tem se mantido positivo unicamente em função das receitas patrimoniais e da vigência do plano de aporte suplementar, o que indica uma dependência de receitas não recorrentes para garantir a solvência de curto prazo;
- iii. Limitação da imunização do passivo atuarial: A estratégia de imunização do passivo atuarial com base na metodologia de fluxo de caixa revelou-se inviável para prazos mais longos. A capacidade de aquisição de títulos públicos está atualmente restrita aos vencimentos até o ano de 2030, o que limita a eficácia da imunização frente às obrigações futuras de longo prazo;
- iv. Inviabilidade de cobertura integral do passivo: A análise demonstrou que a Taxa Interna de Retorno (TIR) mínima necessária para que os ativos do plano consigam integralmente cobrir o passivo atuarial supera 18% ao ano. Dado que não existem atualmente no mercado títulos públicos com essa taxa de remuneração, conclui-se que o volume total de ativos disponíveis é insuficiente para a cobertura plena do passivo projetado;
- v. Reavaliação da estratégia de imunização: Diante do cenário identificado, foi sinalizada a possibilidade de revisão da atual estratégia de imunização em estudos futuros, especialmente caso o IMPAS venha a contar com novas perspectivas de geração de receita que ampliem a capacidade de alocação e cobertura das obrigações atuariais.

C) Outros assuntos.

Foi informado que o estudo de *Asset and Liability Management* (ALM) será apresentado aos membros do Conselho Municipal de Previdência em reunião agendada para o dia 09 de junho de 2025. Antecipando-se à apresentação formal, o Comitê de Investimentos deliberou, de forma unânime, acatar a recomendação de alocação em títulos públicos federais, com o objetivo de melhorar o alinhamento entre os ativos e o passivo atuarial do plano, dentro das possibilidades identificadas pelo estudo.

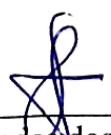
A alocação aprovada contempla a aquisição dos seguintes volumes de títulos públicos, com respectivos vencimentos:

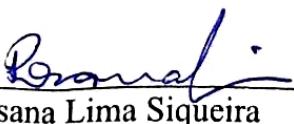
- 3.998 unidades com vencimento em 2026;
- 4.595 unidades com vencimento em 2027;
- 3.492 unidades com vencimento em 2028;
- 1.677 unidades com vencimento em 2029;
- 4.417 unidades com vencimento em 2030.

Os recursos para a aquisição desses títulos serão provenientes de resgates parciais de fundos de investimento atualmente em carteira, cujas especificações e montantes exatos serão definidos na próxima reunião do Comitê de Investimentos, a fim de garantir a eficiência na movimentação dos ativos e a preservação da estratégia global de alocação.

Concluídas as análises, discussões e deliberações previstas na pauta, a reunião foi encerrada. A presente ata foi então lavrada, lida e aprovada por todos os membros presentes.


Helenice Freitas
Presidente IMPAS


Eurípedes dos Santos
Comitê de Investimentos


Rosana Lima Siqueira
Comitê de Investimentos